



## PREVISÃO DE REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL - EXECUÇÃO 2018

Base Legal: Emenda Constitucional n.º 25, de 14/02/2000 – Art. 29-A – III modificada pela EC n.º 58, de 23/09/2009

### Demonstrativo das Receitas - Previsão de Arrecadação até Dezembro de 2017

Receitas Tributárias	IPTU	82.000.000,00
	IRRF	12.500.000,00
	ITBI	10.500.000,00
	ISS	84.500.000,00
	Taxas	9.318.000,00

### Transferências Constitucionais

Art. 159, I, b	FPM	70.000.000,00
Art. 158, II	ITR	5.000,00
	LC 87/96	2.000.000,00
Art. 158, IV	ICMS	280.000.000,00
Art. 158, III	IPVA	48.000.000,00
Art. 159, § 3º	IPI/ex	3.000.000,00
Art. 159, § 4º	CIDE	650.000,00

Total das Receitas Previstas	602.473.000,00
------------------------------	----------------

Art. 29-A, III	5,0%	30.123.000,00
Despesas da Câmara com Inativos		2.663.000,00
<b>Total</b>		<b>32.786.000,00</b>

**Art. 29-A.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, **não poderá ultrapassar** os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

**III - 5%** (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

**§ 2º** Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês;
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.